



LIVROS DIDÁTICOS E IMPRESSOS PEDAGÓGICOS COMO FONTE DE PESQUISA PARA A HISTÓRIA DA DISCIPLINA ESCOLAR GEOGRAFIA

Maria Deusia Lima Ângelo

Universidade Federal da Paraíba

Joseane Abílio de Sousa Ferreira

Universidade Federal da Paraíba

Angélica Mara de Lima Dias

Universidade Federal da Paraíba

Resumo

Neste artigo, trazemos a discussão sobre o estudo da Geografia escolar a partir de fontes documentais internas e externas à própria disciplina, destacando o livro didático como documento interno e os impressos pedagógicos como documentos externos. Exploramos, em especial, o recorte temporal entre as últimas décadas do século XIX e primeira metade do século XX, com o objetivo de identificar questões que revelem traços da cultura e dos saberes escolares no período em estudo e levantar elementos que permitam conhecermos as possíveis mudanças e permanências que se delineiam historicamente no processo de constituição da disciplina escolar Geografia. A perspectiva teórico-metodológica que fundamenta nossas reflexões se orienta a partir dos pressupostos da história das disciplinas escolares. Partimos do princípio de que os saberes inerentes às disciplinas resultam de uma dinâmica constituída no âmbito escolar, ao mesmo tempo em que absorve elementos externos ao espaço escolar. Este pressuposto nos possibilita reconhecer e valorizar o papel dos livros didáticos e dos impressos pedagógicos, dentre outras fontes, na constituição do estatuto da Geografia escolar, fazendo destes documentos importantes fontes capazes de revelar elementos históricos, políticos, culturais e educacionais característicos de determinados contextos temporais e espaciais.

Palavras-chave: Geografia escolar. Livro didático. Impresso pedagógico.

TEXTBOOKS AND PRINTED TEACHING AS A RESEARCH SOURCE FOR THE HISTORY OF SCHOOL DISCIPLINE GEOGRAPHY

Abstract

In this article, we discuss the study of the School Geography discipline based on its internal and external documentary sources. We will use the Geography

textbook as an internal sources and the pedagogical magazine as external sources. We specially explore the period between the late nineteenth century and early twentieth century aiming identify issues that reveals cultural characteristics and the school knowledge of this time. Moreover, we look for possible changes and continuities in the constructions of the Geography as a school discipline. The premises of the school subject history is the fundamentals that grounds the theoretical and methodological approach that underlies our analysis. We consider that the school knowledge of the disciplines are a result of the dynamic between the school scope and its external elements. This assumption let us recognize the value of the textbooks, pedagogical magazine and other sources in the establishment of the School Geography statute. It disclose that these documents ate important sources to reveal the historical, political, cultural and educational elements that characterizes some spatial and temporal contexts.

Keywords: School Geography. Textbook. Pedagogical magazine.

APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS

Este texto versa sobre o estudo da Geografia escolar a partir de fontes documentais internas e externas à própria disciplina. Destacamos aqui os livros didáticos de Geografia como um documento interno a esta disciplina, por este ser direcionado, em especial, para o ensino da Geografia no contexto escolar. Como documento externo à Geografia, evidenciamos os impressos pedagógicos, trazendo como exemplo a Revista de Ensino de Minas Gerais, tendo em vista que esta produção apresenta um conjunto de informações e orientações para o ensino no âmbito escolar em geral, não sendo uma publicação voltada especificamente para a Geografia.

Os elementos aqui apresentados acerca da pesquisa sobre a Geografia Escolar, a partir de fontes documentais, compreendem uma das vertentes dos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade - GPCEsⁱ.

O objetivo geral do nosso estudo junto ao GPCEs visa compreender o processo de constituição da Geografia Escolar no Brasil por meio de diferentes fontes documentais. Nossas pesquisas têm explorado, em especial, o recorte temporal que compreende as últimas décadas do século XIX e primeira metade do século XX. Este período tem sido muito representativo para nossas investigações, devido as importantes transformações que se acentuaram em território nacional. Transformações estas, de cunho político, espacial, social, econômico e educacional, configurando-se em uma expansão do tecido urbano, no aumento da industrialização, na efervescência das ideias modernistas de caráter científico, influenciando, dentre outras questões, os aportes pedagógicos e educacionais, como as questões de cunho republicano, nacionalista, político e ideológico, a exemplo, dos debates acerca do patriotismo e de uma educação laica e gratuita. Entendemos que estas orientações influenciam, sobremaneira, no estatuto da disciplina escolar Geografia, sendo representadas em diferentes documentos educacionais da época, a exemplo, dos livros didáticos e dos impressos pedagógicos.

A perspectiva teórico-metodológica que fundamenta nossas reflexões se orienta a partir dos pressupostos da história das disciplinas escolares. Portanto, partimos do princípio de que os saberes inerentes às diferentes disciplinas escolares resultam de uma dinâmica constituída originalmente no âmbito escolar, ao mesmo tempo em que absorve elementos oriundos de outros espaços externos à escola, ou seja, de um contexto social mais amplo (CHERVEL, 1990). Este aspecto nos possibilita reconhecer e valorizar o papel dos livros didáticos e dos impressos pedagógicos, dentre outras fontes, na constituição do estatuto da Geografia Escolar, fazendo destes documentos importantes fontes, capazes de revelar elementos característicos de determinados contextos temporais e espaciais.

No âmbito da História da Educação, o uso de livros didáticos e impressos pedagógicos, como fontes de pesquisa, tem sido valorizado pelos pesquisadores que passaram a enxergar, nestas fontes, elementos indicadores da história da educação e das peculiaridades da cultura escolar. Sobretudo, porque estes documentos se configuram como registro de uma época e de uma sociedade, sendo estes, instrumentos didáticos e, ao mesmo tempo, fontes valiosas de pesquisa histórica que permitem desvendar elementos da composição curricular. Portanto, podem ser compreendidos como impressos reveladores das metodologias, políticas disciplinares, valores culturais, interesses econômicos e sociais estabelecidos a partir do poder exercido pela escola e de toda uma simbologia que a envolve enquanto instituição educativa.

Em nossas investigações procuramos, a partir destes documentos, entender a relação que se estabelece entre estes e as concepções e práticas políticas e culturais, nas quais podemos encontrar vestígios de uma pedagogia modeladora de comportamentos e de valores aplicada à política educacional voltada para a utilização destes recursos pedagógicos, tendo em vista que o livro didático e os impressos pedagógicos permitem “[...] vislumbrar indícios de seus usos (prescritos e efetivos) e, assim, apreender aspectos das práticas escolares” (MUNAKATA, 2003, p. 10).

O USO DE FONTES DOCUMENTAIS NO ESTUDO DAS DISCIPLINAS ESCOLARES

Em nossas pesquisas, há uma preocupação em identificar questões que revelem traços da cultura e dos saberes escolares no período em estudo e, assim, poder levantar elementos que permitam conhecermos as possíveis mudanças e permanências que se delineiam historicamente no processo de constituição da disciplina escolar Geografia, a partir de diversas fontes representativas da cultura escolar.

Nesse sentido, recorreremos aos debates da Nova História Cultural, quando esta discute o processo de renovação das fontes historiográficas, influenciando, sobremaneira, os estudos em História da Educação. Estes vêm sendo (re)construídos por meio de uma crescente produção teórica, com temáticas diferenciadas e férteis, apontando novos contornos, novas perspectivas e novos olhares para os estudos na área (BURKE, 1992).

Durante muito tempo, os estudos em História da Educação estiveram pautados em concepções arraigadas à materialidade, desconsiderando a contextualização

crítica e as análises significativas dos diversos períodos determinantes para a construção da educação (VIDAL, 2005). Nesta perspectiva, eram abordados os fatos históricos (na maioria dos casos) como prontos e acabados, restringindo suas análises e compreendendo como suficiente, um conjunto de fatos, datas e fontes documentais para a tarefa de se fazer história. Este entendimento direciona para a compreensão do fenômeno histórico a partir da sua totalidade, com base nos grandes acontecimentos da história política, além de desconsiderar as fontes “vindas de baixo”, ou seja, os documentos não oficiais.

De modo a negar esse modelo de fazer história, novas pesquisas ganham espaço a partir do desenvolvimento de um novo paradigma no âmbito das pesquisas historiográficas, que passaram a se diferenciar daquele modelo de história tradicional, fundamentado nos grandes eventos políticos e em documentos oficiais. Nesta perspectiva, novos questionamentos e objetos de pesquisa vêm à tona, implicando um alargamento das fontes de investigação, incluindo aquelas mais representativas do cotidiano social. Assim, no campo da história da educação, essa ampliação das fontes compreende a inserção dos depoimentos individuais, da iconografia, dos objetos de ensino que compõem o acervo dos museus escolares, da imprensa periódica e dos manuais de ensino (GATTI JR., 2009).

Sobre os estudos voltados para o livro didático de Geografia e os impressos pedagógicos, enfatizamos que estes têm contribuído de maneira significativa para as discussões que buscam compreender a constituição das disciplinas escolares. As pesquisas de modo geral buscam entender os processos que permeiam a formação dos saberes aí construídos e a sua representatividade frente a formação dos cidadãos.

Esses estudos apontam, dentre outras contribuições, para as peculiaridades e aspectos internos e externos da instituição escolar que têm possibilitado a compreensão das complexidades e subjetividades presentes ao longo da história da disciplina escolar Geografia.

Assim, cientes da relevância de se discutir questões que possam debater e desmitificar o processo de construção do campo de estudo da história das disciplinas escolares, a partir do livro didático e dos impressos pedagógicos, nosso estudo centra-se nas discussões que buscam entender estes documentos como fontes capazes de descortinar a história da Geografia Escolar.

Elucidar uma discussão sobre o livro didático, buscando evidenciar seu papel enquanto um documento representativo de um determinado contexto (temporal e/ou espacial) para entendermos o movimento de constituição da disciplina escolar, implica reconhecermos esse recurso didático para além da sua função pedagógica. Neste aspecto, cabe ressaltarmos que o livro didático é, essencialmente, um objeto multifacetado que além de se configurar como um recurso pedagógico pensado para o uso do professor e do aluno no processo de ensino e aprendizagem, também se constitui como um objeto social, cultural e ideológico por revelar valores, normas e conhecimentos próprios de uma sociedade de uma determinada época (CORRÊA, 2000; BITTENCOURT, 2008; GALVÃO & BATISTA, 2009). Estes aspectos, inclusive, também estabelecem uma intersecção entre livro didático e currículo (ALBUQUERQUE, 2014).

Outro elemento que também caracteriza o livro didático diz respeito ao seu caráter material, tendo em vista que este recurso pedagógico também se configura como uma produção pensada para gerar lucro, ou seja, uma mercadoria da indústria cultural em grande circulação (MUNAKATA, 2003). Circulação de conteúdos de naturezas diversas no que tange a valores morais, étnicos, sociais, cívicos e patrióticos, se convertendo, portanto, em uma importante fonte indicadora dos projetos de formação social desencadeados pela escola (GALVÃO & BATISTA, 2009), especialmente, por meio de disciplinas estratégicas como de Leitura, História e Geografia.

Entendemos que, historicamente, o livro didático exerceu (e continua exercendo) uma centralidade no contexto escolar por se configurar como um importante mediador do processo de ensino aprendizagem, já que traz consigo um conjunto de conteúdos e conhecimentos escolares, atividades, exercícios e métodos que auxiliam no ensino das disciplinas. Isto pode ser observado tanto no período por nós estudado (últimas décadas do século XIX e início do século XX, momento de ampliação da produção desses livros) quanto na atualidade, ao presenciarmos, ainda, uma série de limites enfrentados pelos professores e alunos no acesso a outros recursos, mesmo diante de uma significativa revolução tecnológica e de uma proliferação de diferentes recursos de informação no contexto social, que, por vez, fazem parte do cotidiano escolar.

Considerando esta centralidade do livro didático no processo de ensino e aprendizagem e a ampliação do conceito, recentemente os estudos que versam sobre esse suporte pedagógico vêm crescendo significativamente, seja tomando-o como uma fonte de pesquisa, ou mesmo como um objeto de estudo. Nesse sentido, os enfoques passam a ser mais diversificados, assumindo, inclusive, uma perspectiva histórica, destacando-se: os estudos centrados na crítica dos conteúdos; aqueles que versam sobre as ideologias; aqueles que adentram no mercado editorial; aqueles que se preocupam com os diferentes usos pedagógicos. Tais abordagens historiográficas em torno desse objeto estão atreladas aos diferentes paradigmas representativos de momentos históricos distintos, que por sua vez, apontam diversos elementos socioculturais para pensarmos a escola, o livro didático em si e o seu papel na constituição das disciplinas escolares.

No entanto, cabe ressaltarmos que esse olhar sobre o livro didático não havia sido despertado até a década de 1990, momento em que novas reflexões teóricas passarão a colaborar com esse campo de estudo. Contribuem para essa renovação historiográfica, os aportes teóricos pautados na teoria crítica do currículo, na história das disciplinas escolares e nos estudos da cultura material escolar. Como expoentes destas discussões, no Brasil, destacam-se os pesquisadores Circe Bittencourt, Genylton Rocha e Maria Adailza Albuquerque, os quais foram influenciados por estudiosos como André Chervel, Michael Apple, Ivor Goodson e Alain Chopin, dentre outros.

Eleger os livros didáticos de Geografia e impressos pedagógicos como fonte e/ou objeto de pesquisa implica uma diversidade de abordagens dada à possibilidades múltiplas de analisá-los, entendendo-os como suporte material de orientação práticas de leitura, buscando compreender a sua materialidade, as formas por

meio das quais ele chega ao leitor, os conteúdos e orientações metodológicas, bem como, seus suportes, meios de circulação e usos.

Reconhecemos as múltiplas possibilidades de análise desses documentos, mas devido a necessidade de traçarmos alguns recortes metodológicos e considerando os limites deste tipo de escrito, para o momento, centraremos nossas reflexões acerca livro didático de Geografia, enfatizando seu aspecto enquanto um documento representativo de um determinado contexto histórico, político e educacional de um período, capaz de revelar ideais, valores e normas de uma determinada sociedade. Enquanto recurso pedagógico, evidenciamos o papel dos exercícios presentes nestes livros, entendendo-os como métodos de ensino que orientam e auxiliam no processo educativo. Nossas análises acerca dos impressos pedagógicos buscam mostrar que estes são instrumentos capazes de promover a circulação de ideias, dentre estas a de ampliação do acesso à educação, em um período em que era preciso civilizar, disciplinar e ordenar a população.

CONCEPÇÕES DE SABER ESCOLAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA PUBLICADOS ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

O projeto de “invenção do Brasil”, a partir dos debates referentes à construção do Estado-nação e da defesa de uma educação nacionalista era pauta central entre os estadistas e intelectuais brasileiros, desde as primeiras décadas do Império, passando a se evidenciar com mais força a partir das últimas décadas do século XIX (GONDRA & SCHULER, 2008; BITTENCOURT, 2008; VLACH, 2004).

Os projetos educacionais que caracterizaram o Brasil oitocentista e as primeiras décadas do século XX, além de investir na formação de mão de obra para servir as novas demandas da sociedade, defendiam a formação de um cidadão conhecedor do território nacional em suas dimensões históricas e geográficas, revelando assim, a inculcação de um nacionalismo patriótico via escola. Buscando responder aos ideais do projeto de construção do ideário nacionalista e criar novas visões de mundo, destaca-se a escolarização, com centralidade para ensino da Leitura, da Língua, da Geografia e da História Nacional.

Tais críticas enfatizavam a necessidade de uma revolução profunda na elaboração dos livros didáticos (de Geografia), tanto no quesito metodológico de exposição dos conteúdos, quanto no sentido de valorizar os elementos da geografia do Brasil.

Nesta perspectiva, as concepções dos projetos de elaboração e produção dos livros didáticos, passam, cada vez mais, a defender os ideais republicanos, nacionalistas, um ensino de base positivista e cientificista a favor de uma escola secularizada e laica, tendo em vista que esses debates efervesciam no círculo dos intelectuais liberais e republicanos mais radicais, os quais defendiam a criação de um estado e uma educação nacional (BITTENCOURT, 2008). Neste aspecto, também passam a ser enfatizadas as críticas ao conservadorismo e estrangeirismo das obras didáticas que circulam nas escolas brasileiras.

Ao explorarmos alguns exemplares de livros didáticos de Geografia publicados no período em foco podemos perceber que estes debates aparecem de forma explícita, em várias partes do livro, a exemplo, dos prefácios, dos pareceres de imprensa (muito comum comporem a materialidade dos livros didáticos na época), na seleção e disposição dos conteúdos, além dos exercícios e dos elementos iconográficos.

Ao analisar a terceira edição de *Lições de Geographia, de Abbade Gaultier*, uma obra com várias publicações durante o século XIX, Albuquerque (2010) evidencia dois importantes elementos de caráter nacionalistas, que são destacados pelo autor na introdução do livro: a ampliação do número de páginas dedicadas ao Brasil, entre a segunda e a terceira edição, e a organização do livro abordando província por província, evidenciando elementos geográficos, a exemplo das nomenclaturas, da localização de montanhas e bacias hidrográficas, das características do clima e das atividades econômicas, como se fazia nos livros nacionais.

Ainda de acordo com Albuquerque (2010), a obra apresenta uma estrutura dos conteúdos começando pela Geografia do Brasil, e só depois, na sequência dos conteúdos, é que o autor traz a Geografia Geral ou Global, uma característica que contraria um método comum à época, que trabalhava na perspectiva do global para o local. Além deste aspecto, outra característica que permeava os livros didáticos de Geografia da época trata-se da disposição dos conteúdos de forma mnemônica, visando promover a memorização por meio de áridas nomenclaturas de acidentes geográficos (ANGELO, 2011).

No entanto, buscando responder aos projetos educacionais que se afirmavam no período, podemos observar que, paralelamente, também circulavam, no Brasil, livros que apresentavam elementos que visavam amenizar estas questões. Estes elementos se fazem presentes no livro *Compêndio de Geographia elementar: especialmente do Brasil*, da autoria de Jerônimo Sodré, publicado em 1884. Este autor denuncia um contexto de difusão de uma série de debates e movimentos acerca de redefinições de questões de ordem metodológica, religiosa, ideológica e cívicas, e como esses elementos se expressam no ensino de Geografia da época, além de deixar evidente a intenção de despertar o interesse do aluno pelo assunto, defendendo os princípios religiosos e as ideias nacionalistas, passando a dá maior valor aos assuntos sobre o nosso território em detrimento do estrangeiro (ANGELO, 2011).

Outro elemento inovador, a priori de cunho metodológico, mas que também era expressão de posicionamentos políticos, e que passou a se fazer presente na maioria dos livros didáticos de Geografia, destaca-se a disposição dos conteúdos por meio do método analítico ou expositivo (ou seja, no formato de texto contínuo), tendo em vista que durante as últimas décadas do século XIX e mesmo no início do século XX, ainda era comum, publicações que adotavam o método de perguntas e respostas.

De acordo com Bittencourt (2008):

A escolha do método analítico na alfabetização, em oposição ao usual método sintético, representava a posição dos grupos dos educadores defensores de uma escola laica. Os seguidores desse método eram, em sua maioria, republicanos com discursos voltados para uma democratização do saber escolar e contrários ao espírito tradicional de educação, com o ensino calcado em métodos da igreja (2008, p. 47).

Outra inovação metodológica, também oriunda destes debates inovadores, é a presença de exercícios nos livros didáticos de Geografia publicados no momento de transição entre o final do Império e início da Primeira República (1880-1930), pois neste período, esses eram de fundamental importância para pensar o ideal de educação que se almejava na época, a partir das colocações referentes à centralidade dos debates sobre educação.

Em nossas análises sobre os livros didáticos de Geografia, em especial, nas obras *Metodologia do Ensino Geográfico*, de Delgado de Carvalho, de 1925 e *Práticas de Geografia*, de Raja Gabagliaⁱⁱ, década de 1920, pudemos identificar que a Geografia expressa nelas estão pautadas nas abordagens das paisagens e regiões, a partir de exercícios práticos para discutir os saberes geográficos. Ambas com a preocupação de inovar os métodos e incorporar os debates sobre educação pautados nos ideais ainda principiantes da Escola Nova ou Educação Nova.

As obras supracitadas apresentam características bem inovadoras para a época (início do século XX), trazendo mudanças tanto no que se refere às abordagens dos conteúdos (um exemplo os exercícios práticos) quanto à materialidade do livro. Nesse sentido, optamos pela análise destas, sobretudo por representarem uma referência nas modificações das abordagens geográficas, pois, seus textos rompem com o modelo dos textos em forma de catecismo, apresentando uma metodologia inovada e moderna.

A partir da análise dos exercícios nessas obras, foi possível perceber como esse aspecto pedagógico desempenhou um papel fundamental na aquisição dos conhecimentos. Os exercícios nos livros didáticos representavam e representam metodologias que sugerem procedimentos a serem executados pelos alunos, centraliza objetos mediadores do saber e possibilita modos de interação entre alunos, e destes como o professor (FERREIRA, 2012).

Em nossas pesquisas identificamos ainda que não só os compêndios da época como os autores desses livros tentavam romper com o método mnemônico, cujo objetivo é favorecer ao aluno a memorização das informações oferecidas como conteúdos, porém, como já mencionamos, essas modificações chegavam a poucos compêndios da época.

Nas obras de Delgado de Carvalho e Raja Gabaglia em particular, os autores apresentam modos de como fazer uma Geografia mais prática. Destacamos aqui a inserção dos “exercícios práticos” como uma forma de efetivação dessas práticas de Geografias por eles apresentadas. As obras oferecem aos professores e aos alunos novas maneiras de trabalhar a Geografia escolar, a partir de imagens,

mapas, escalas, cartogramas, projeções, dentre outras questões que podemos entender como modernas para a época (FERREIRA, 2012).

Entendemos que os conteúdos constituem os conhecimentos sistematizados de uma dada disciplina, e esses, se articulam com os métodos de ensino e com os processos de avaliação. Isto é, a disciplina escolar é constituída de conceitos e informações que são apresentados aos alunos, seja por um ensino de exposição, esquemas comparativos, ou por exercícios de fixação do saber ensinado (BITTENCOURT, 2004).

Nessa perspectiva, com base no nosso estudo, podem-se entender os exercícios como meio para se perceber as metodologias de ensino e formas de avaliação da aprendizagem dos alunos. Os exercícios são aqui entendidos como práticas para auxiliar, avaliar e facilitar os procedimentos e competências dos alunos, além de serem métodos que orientam o processo educativo com base nos objetivos de realização de provas exames, atividades, aulas práticas, etc.

OS IMPRESSOS PEDAGÓGICOS COMO FONTE DE PESQUISA PARA ALÉM DOS DOCUMENTOS INTERNOS DA GEOGRAFIA

Analisar as metodologias de ensino da Geografia escolar a partir de impressos pedagógicos – ou seja, documentos externos ao campo exclusivamente geográfico - é comungar com a ideia de Lia Osório Machado na qual a mesma critica a História do Pensamento Geográfico feita pela análise exclusiva dos documentos internos e a produção geográfica acadêmica. Sobre esta visão internalista, a autora nos esclarece:

A visão internalista é a que domina praticamente os trabalhos de história do pensamento geográfico, brasileiros e estrangeiros, no sentido de que tudo acontece como se fosse resultado de uma evolução interna à geografia. A geografia – vista como autossuficiente – vai travando um debate consigo mesma e vai mudando de escolas: escola francesa, teórico-quantitativa, etc. Então, isso parece obedecer um movimento, uma dinâmica, interna. Já a visão externalista, mais recente (de uns 30 anos para cá) diz que a geografia, como qualquer disciplina – e essa abordagem é mais aberta – tem que ser explicada de acordo com o contexto do lugar onde ela é feita (MACHADO, 2000, p. 112 – 113).

Na Geografia, como exposto por Lia Osório Machado (2000), a visão externalista, no que diz respeito às pesquisas científicas desta disciplina, ainda é algo recente. Por outro lado, a investigação a partir de fontes como revistas e jornais vem ganhando cada vez mais espaço na História da Educação, por estas se tratarem de veículos de circulação de ideias, que acabam por difundir conhecimentos e instruir saberes que são apropriados por um determinado público. Segundo Chartier, esta apropriação se dá por estratégias de escrita, através das intenções do autor. “Não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há

compreensão de um escrito, qualquer que ele seja que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor” (1990, p. 127). Segundo Stela Andrade, os impressos pedagógicos se caracterizam – de uma maneira mais geral – como instrumentos de divulgação de ideias reformadoras. “Ao que tudo indica, Minas Gerais se destaca na vanguarda a utilizar a imprensa especializada em educação como estratégia de dar a ver todas as propostas advindas das inúmeras reformas referentes à educação” (ANDRADE, 2006). O país como um todo passava por um grande projeto de modernização e Minas não era uma exceção. Ressaltamos aqui a iniciativa do governo mineiro publicar esta revista.

O contexto de modernidade em Belo Horizonte não se expressava somente na arquitetura, mas também na educação. Essa atmosfera moderna torna-se propícia à inserção dos ideais escolanovistas. Dessa forma, a *Revista do Ensino*, se mostra como expressão dessa modernidade. Editada na capital planejada para Minas Gerais, foi o principal veículo divulgador da instrução pública responsável por modernizar a educação. Sendo um documento externo às análises exclusivamente geográficas, no que diz respeito à Geografia escolar, sua produção combatia os preceitos vistos como conservadores, ou seja, aqueles difundidos em períodos anteriores nos documentos curriculares do Colégio Pedro II, conferindo assim certa autonomia à localidade onde foi produzida esta revista.

A REVISTA DO ENSINO DE MINAS GERAIS: breves considerações

A década de 1920 é marcada por mudanças e reformas no ensino em diferentes estados brasileiros. Esse fato é consequência das iniciativas da escolarização da população brasileira a partir da “necessidade e possibilidade de ‘entrada’ do país no mundo da modernidade, presente desde o final do século 19” (MATE, 2002, p. 34). No Brasil, não havia ainda uma homogeneização no âmbito educacional, pois, nossa população incorporava culturas distintas. A presença de imigrantes em parte do território brasileiro, bem como a presença dos negros na qualidade de foros, e índios, trazia consigo suas marcas culturais. A presença de escolas estrangeiras no país ainda era forte, assim as:

[...] diferenças culturais não significavam só diferentes orientações, métodos, conteúdos e mesmo ausência de ensino, mas também diferentes formas de viver. Essas práticas educativas geradas por vivências e saberes diferenciados pareciam preocupar, cada vez mais, alguns educadores, autoridades públicas (ligadas à saúde, higiene, urbanização), empresários e políticos (MATE, 2002, p. 38).

Dentro do propósito que marca a época – década de 1920 – de higienizar, civilizar e modernizar o país se apregoava que era necessário que a escola difundisse o sentimento de uma nacionalidade de forma homogênea. Para tanto, fazia-se necessário uma realidade escolar padronizada. Dentro das instruções estabelecidas pelas reformas educacionais brasileiras na década de 1920, destacamos o aumento da circulação de publicações pedagógicas, como também

a obrigatoriedade, nas escolas particulares, do ensino de Língua portuguesa, História e Geografia do Brasil. Sobre o assunto, Cecília Hana Mate nos esclarece:

Tal medida parece significativa por revelar a preocupação com a formação da nacionalidade e a busca da homogeneidade cultural [...] o ensino da língua portuguesa e o de Geografia e História do Brasil desempenhariam parte do papel uniformizador da cultura; o primeiro por estabelecer o idioma nacional para os filhos de imigrantes, e o segundo (claramente articulado ao primeiro) por propiciar a formação de uma identidade patriótica, a partir da incorporação do desenho do território nacional, explicado a partir da história da pátria, protagonizada por figuras heroicas num palco no qual as pessoas não encontravam lugar (MATE, 2002, p. 39).

O estado de Minas Gerais não ficou de fora das reformas educacionais. Profunda reforma no ensino mineiro ocorreu no ano de 1906, tendo à frente o presidente do estado João Pinheiro, onde foram criados os grupos escolares. Essa criação objetivava a homogeneização da cultura bem como uma reinvenção escolar.

A recém-inaugurada capital Belo Horizonte, símbolo do planejamento modernizador, foi o “local escolhido pelos republicanos mineiros para reinventar a escola, iniciando a construção de prédios majestosos e transformação da instrução pública por meio da imposição de uma nova ordem e cultura escolar” (BICCAS, 2008, p. 35). Para atingir objetivos pedagógicos, no ano de 1925, foram investidos, no campo de formação e informação dos professores mineiros, recursos para a circulação do impresso pedagógico conhecido como *Revista do Ensino*. Essa revista se configurou como um “órgão oficial da Diretoria de Instrução Pública de Belo Horizonte [...] a fim de divulgar, orientar e unificar a nova organização e administração da rede escolar, e a utilização de novos métodos e técnicas de ensino característica da chamada Escola Nova” (BORGES, 2002, p. 112).

Maurilane de Souza Biccas (2008) ao estudar a *Revista do Ensino*, nos adverte que este foi um impresso pedagógico oficial de educação, editado em Minas Gerais – mais precisamente em sua capital, Belo Horizonte – destinado aos profissionais da rede pública de ensino do referido estado. Sobre o período de publicação e circulação do impresso, a autora nos informa que a *Revista* foi:

Criada originalmente em 1892, por Afonso Pena, então presidente de Minas Gerais, mas logo em seguida foi desativada. Em 1925, após 33 anos, no governo de Fernando Mello Viana, a *Revista* foi reativada e permaneceu circulando até o primeiro semestre de 1940, com a publicação dos números 174-175. A interrupção da produção e circulação da *Revista* por mais de cinco anos deveu-se à Segunda Guerra Mundial. Em 1946 ela voltou a circular e foi extinta 25 anos mais tarde, no primeiro semestre de 1971 sob o governo de

Rondon Pacheco; o último número a circular foi o 239 (BICCAS, 2008, p. 15).

Do formato circulado em 1892, o impresso conservou apenas o nome, *Revista do Ensino*, pois, “em 1925, a *Revista* assume um caráter essencialmente pedagógico, disseminando ações governamentais desenvolvidas na instrução escolar e, especificamente, informando e formando os professores nos novos preceitos pedagógicos” (BICCAS, 2008, p. 42).

Com a modernização da Imprensa Oficial, a *Revista* revela, nesse momento, um formato mais primoroso, sendo possível observar toda a tecnologia utilizada em sua editoração, como a publicação de fotografias e imagens coloridas. As propostas indicadas pela *Revista* mostravam a inovação nos métodos de ensino mostrando programas para que os professores pudessem trabalhar e explorar, o ambiente escolar. No contexto das inovações para o ensino em sala de aula, destacamos no impresso a aplicação do cinema, da música, do método de projetos, do desenho, de jogos, entre outros.

A *Revista* estava organizada por temas e oferecia receituários, fórmulas de trabalho para o professor: o segredo de ser bom professor, como fazer, o que deve ser feito, o que se deve evitar, entre outros. Apesar de uma preocupação nítida com a formação de professores, sendo este tema o que apresenta maior número de artigos publicados, podemos observar no impresso que veiculava as demais dimensões do campo educacional, como políticas educacionais, estrutura de ensino, didáticas de ensino e organização escolar. Dentre os arquivos analisados, destacamos o intitulado *Norte, Sul, Leste, Oeste: canção animada* que pode visualizar a seguir.

Revista do Ensino

Norte, Sul, Leste, Oeste.

(CANÇÃO ANIMADA)

Letra de T. Nogueira Musica de T. Borba

PIANO

A - on - de é que o sol bri - lhan - te Nas - ce bel - lo e re - ful - -

- gen - te Pra dar vi - da e luz á ter - - - - ra? Pra dar vi - da e luz á

ter - ra? Les - te se cha - ma ou nas - cen - - - - te.

Aonde é que o sol brilhante
Nasce bello e refulgente,
P'ra dar vida e luz á terra?
Leste se chama, ou nascente.

E onde é que á tarde o grande astro
De poetica côr se veste,
Para dar logar á noite?
E' no poente, ou oeste.

E onde é que o calor e a luz
Do astro brilhante e forte,
Não chega vivificante?
Ao polo artico, ou norte.

E p'ra onde é que ao meio dia
Brilhante no céu azul,
Luminoso o sol se inclina?
Meio dia, ou então sul.

NOTA—As crianças collocam-se em filas, estando voltadas para quem as dirige (a professora ou alumno que ella designar) e que lhes canta os tres primeiros versos interrogativos.
Repetem o terceiro verso, como está na musica, voltando-se depois para o ponto indicado no ultimo, com a resposta.
E assim em relação a todas as quadras, voltando-se no ultimo verso de cada uma para o ponto cardinal indicado.

175

Figura 1 – Artigo “Norte, Sul, Leste, Oeste: canção animada”. Revista do Ensino. 1925, nº 6. Fonte: Arquivo Público Mineiro

Neste artigo podemos verificar uma proposta interdisciplinar de ensino no qual as crianças aprendem a canção na íntegra, letra e notas musicais e em seu conteúdo são trabalhados os pontos cardeais, assunto vinculado à disciplina Geografia.

Podemos afirmar que este impresso pedagógico constitui uma rica fonte para pesquisas que tenham como foco as disciplinas escolares, mas também os demais aspectos educacionais, tais como organização e políticas escolares, recursos didáticos, formação de professores, entres outros. Corroboramos com Maurilane Biccas quando esta afirma que “a *Revista do Ensino* constitui-se em um arsenal poderoso pela grande colaboração recebida ao longo de toda sua existência” (2006, p. 94), pois como um arquivo do cotidiano, o impresso pedagógico é uma fonte privilegiada de informações, tendo em vista a diversidade de temas que apresenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura material escolar, mais do que modos de difundir conhecimentos, configura-se em artifício que, basicamente, está no centro das ações pedagógicas, sendo esses materiais escolares indicadores de saberes capazes de direcionar o processo de aprendizagem exercendo, muitas vezes, limites às possibilidades da construção do saber. Por isso, direcionamos nossas reflexões sobre os livros didáticos e os impressos pedagógicos, pois consideramos que desenvolver pesquisas sobre esses materiais escolares significa dar maior atenção ao processo de propagação da cultura escolar.

Observamos que as pesquisas acerca de livros escolares e impressos pedagógicos têm crescido no campo da História da Educação. Este novo cenário aponta o livro didático como uma fonte privilegiada de pesquisa ao lado de outros documentos representativos da cultura escolar. Entre os pesquisadores tem sido cada vez mais recorrente pensar os livros didáticos e os impressos pedagógicos como fontes e/ou objetos que podem fornecer pistas das primeiras iniciativas do processo de escolarização, orientações gerais para o ensino, assim como também referentes às disciplinas escolares. Todavia, vale lembrar que a História da Educação brasileira ainda permanece carente de investigações sobre essas fontes históricas (livros didáticos e impressos pedagógicos), se configurando num campo bastante fértil (GONDRA & SCHULER, 2008).

Evidenciamos que estudar os exercícios numa perspectiva histórica, nos permitiu reconhecer que esses, assim como os livros didáticos e os impressos pedagógicos, exercem um importante papel na construção dos saberes escolares e, ainda, se configuram como uma fonte de informação muito valiosa para o campo de estudo das disciplinas escolares em diferentes contextos históricos. Em nossas análises constatamos que os exercícios, historicamente, se configuram em estratégias de aprendizagem e avaliação que têm desempenhado um papel de destaque no processo de ensino e aprendizagem ao longo da História da Educação brasileira.

Apostar nos impressos pedagógicos como fonte de pesquisa para análises geográficas significa assim, acreditar que a história da Geografia, enquanto disciplina escolar pode ser delineada por um olhar externo ao que era produzido dentro da própria Geografia. Acreditamos assim que ao estudarmos a história de

uma determinada disciplina escolar, nesse caso a Geografia, estamos produzindo também História do Pensamento Geográfico, desmistificando que esta é feita somente a partir de análises de documentos internalistas.

Ao levantarmos as questões aqui discutidas, percebemos a importância das pesquisas que remontam ao estudo da Geografia em períodos mais pretéritos, para que possamos levantar uma série de elementos, que, por vezes, possam nos auxiliar no entendimento de problemáticas que compreendem o estatuto dessa disciplina no período em estudo, em períodos posteriores, e mesmo na atualidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. A Geografia do Brasil nos Livros Didáticos Europeus do século XIX: o caso de Lições de Geografia do Abbade Gaultier. In: CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim; KULESZA, Wojciech Andrzej (org). **A Escola e a Igreja nas Ruas da Cidade**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2010, pp. 173-189.

_____. Livros didáticos e currículos de Geografia: uma história a ser contada. In: TONINI, Ivaine Maria et al. (Org.). **O ensino de Geografia e suas composições curriculares**. 1ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2014, v. 1, p. 161-1174.

ANGELO, Maria Deusia Lima. **A Geografia Escolar Brasileira e os autores de livros didáticos: uma análise de obras publicadas no final do século XIX**. Monografia (graduação). João Pessoa: UFPB, 2011.

ANDRADE, Stella Cabral de. Estratégias de divulgação do campo pedagógico: a Revista do Ensino em Minas Gerais (1886-1889). **Anais do VI congresso luso-brasileiro de história da educação** - Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. Uberlândia: 2006. p. 3123 – 3134.

BICCAS, Maurilane de Souza. **O impresso pedagógico como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925 – 1940)**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

_____. Impresso pedagógico como objeto e fonte para a história da Educação em Minas Gerais: Revista do Ensino (1925 – 1940). In: MORAIS, Christianni Cardoso, et al. (Org.). **História da Educação: ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. O que é disciplina escolar? In: _____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 33-55.

_____. **Livro didático e saber escolar (1810 – 1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BURKE, Peter (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria e Educação. Porto Alegre, nº. 02, 1990. p. 177-229.

CORRÊA, Rosa Lídia Teixeira e VALDEMARIN, Vera Tereza. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. **Cadernos CEDES 52**, Cultura escolar: História, práticas e representações. São Paulo: 2000.

FERREIRA, Joseane Abílio de Sousa. **Os exercícios nos livros didáticos de geografia no Brasil: mudanças e permanências (1880-1930)**. (Dissertação de mestrado) UFPB, 2012.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. O estudo dos manuais escolares e a pesquisa em História. In: _____. **Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história**. Campinas: São Paulo, 2009.

GATTI Jr, Décio. A escrita brasileira recente no âmbito de uma história das disciplinas escolares (1990-2008). **Currículo sem fronteiras**, v.9, n.1, Jan/Jun. 2009, p. 42-71.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

MACHADO Lia Osório. História do Pensamento geográfico no Brasil: elementos para um programa de pesquisa. **Revista Terra Livre**. Rio de Janeiro: Ano I, n. 1, jan/jun, 2000. p. 110- 134.

MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 271-296.

MATE, Cecília Hanna. **Tempos modernos na escola: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira**. Bauru: EDUSC; Brasília: INEP, 2002.

Revista do Ensino. Belo Horizonte: Diretoria da Instrução Pública. v 1., n 6., 1925.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de e VALDEMARIN, Vera Tereza (orgs.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005.

VLACH, Vania Rubia Farias. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva historiográfica. In: VESENTINI, José William (Org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas: Papirus, 2004. p. 187 – 218.

ⁱ O GPCES fica instalado no ambiente dos professores, sala 29, centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Ressaltamos que o GPCES assume um formato de guarda chuva, tendo em vista que, de forma mais ampla, os pesquisadores, cada um a partir de seus objetos de pesquisas e foco de análises, tem direcionado suas investigações buscando entender questões referentes à história das disciplinas escolares, das instituições escolares e dos materiais escolares, dentre outros enfoques. Em linhas gerais, as pesquisas assumem uma perspectiva histórica, envolvendo diferentes campos de estudos, como a Pedagogia, o ensino de História e de Ciências e a Geografia Escolar, contemplando, em especial, o contexto entre o final do século XIX e primeira metade do século XX, apesar de alguns estudos pontuais extrapolarem este recorte temporal.

ⁱⁱ Aqui ressaltamos a importância de estarmos estudando a obra de Raja Gabaglia, haja vista, que as de Delgado de Carvalho já foram pesquisadas em muitos estudos.

Contato com o autor: deusiangelo@hotmail.com

Recebido em: 10/05/2016

Aprovado em: 12/08/2016